

“EU NÃO QUERO FALAR SOBRE ISSO”: O CONHECIMENTO BIOLÓGICO (SILENCIADO) NA DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE

NO QUIERO HABLAR DE ELLO»: EL CONOCIMIENTO BIOLÓGICO (SILENCIADO) EN LA ASIGNATURA DE EDUCACIÓN SEXUAL

Vinicius Mascarenhas dos Passos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Vini-mascarenhas@hotmail.com

Renata Miranda Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Renata.smiranda@outlook.com

Beatriz Rodrigues Lino dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Pedagoga.beatriz@gmail.com

Marcos Lopes de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Markuslopessouza@gmail.com

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos as tensões que envolvem os conhecimentos biológicos em relação às questões da sexualidade na disciplina Educação para Sexualidade (EPS). Os/As participantes deste trabalho foram um docente desse componente curricular e uma ex-técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Jequié (BA). Para a construção das informações, realizamos entrevistas narrativas e analisamos os discursos com base nos estudos pós-críticos. A pesquisa apontou que alguns/algumas docentes não querem abordar os conhecimentos anatômicos e fisiológicos do sistema genital. Em contrapartida, outros/as assumem as discussões e consideram a autoridade do discurso biológico para que as famílias não interfiram nas discussões.

Palavras-chave: sexualidade na escola; educação básica; componente curricular; ensino fundamental; discurso biológico.

Eixo temático: 7. Inclusão e interseccionalidades no ensino de Ciências e Biologia

Modalidade: Pesquisa acadêmica.

RESUMEN

En esta investigación, analizamos las tensiones en torno al conocimiento biológico en relación con los temas de sexualidad en la asignatura de Educación para la Sexualidad (EPS). Los participantes de este estudio fueron una profesora de este componente curricular y un ex técnico del Departamento Municipal de Educación (SME) de Jequié (BA). Para construir la información, realizamos entrevistas narrativas y analizamos los discursos a partir de estudios post-críticos. La investigación mostró que algunos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil – 22 a 25 de outubro de 2024

profesores no quieren abordar el conocimiento anatómico y fisiológico del aparato genital. Por otro lado, otros asumen las discusiones y consideran la autoridad del discurso biológico para que las familias no interfieran en las discusiones.

Palabras clave: sexualidad en la escuela; educación básica; componente curricular; educación primaria; discurso biológico.

Eje temático: 7. Inclusión e interseccionalidad en la enseñanza de las ciencias y la biología.

Modalidad: Investigación académica.

APONTAMENTOS INICIAIS

No ano de 2005, nas escolas municipais da cidade de Jequié, interior da Bahia, foi aprovada a inclusão do componente curricular Educação para Sexualidade (EPS) na parte diversificada do currículo dos anos finais do ensino fundamental e em turmas de Educação de Jovens e Adultos. A EPS foi proposta para o 8º e 9º ano do ensino fundamental, por compreenderem que, nestes anos, as/os discentes possuem idade suficiente para dialogarem sobre sexualidade (AZEVEDO, 2013).

A criação da disciplina EPS foi possível por meio do artigo 11 da LDB 9.394/96 que possibilita a autonomia pedagógica para os entes federativos credenciarem e supervisionarem os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Além disso, o artigo 26 permite que o currículo do ensino fundamental crie uma parte diversificada de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia das/os discentes (BRASIL, 1996).

Na época, o componente EPS foi implementado, especialmente, para controlar o aumento dos casos de gravidez na adolescência e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), tais como a aids. Diante desse propósito e por focar, principalmente, as questões relacionadas à biologia, os/as docentes convocados/as para assumir essa disciplina foram aqueles(as) da área de Ciências Biológicas. (AZEVEDO; SOUZA, 2016). Ao longo desses dezenove anos, professores(as) de outras áreas também passaram a ensinar este componente, embora ainda se priorize os da área das Ciências Biológicas.

Outras pesquisas também têm apontado que apesar de as discussões sobre gênero e sexualidade perpassarem interdisciplinar e transversalmente entre as diversas áreas do

conhecimento, frequentemente, a abordagem dessas temáticas são destinadas aos(as) docentes de Ciências e Biologia (ALTMANN, 2003; FURLANETTO et al., 2018).

Além disso, é no livro didático dessa disciplina que, comumente, os conhecimentos sobre sexualidade estão inseridos, justificando o entendimento, de muitas pessoas, de que essa temática está mais relacionada com essa disciplina. Contudo, entendemos que a sexualidade está além do discurso biológico e se deve investir para problematizar esse discurso.

E quando há um componente curricular específico para falar sobre sexualidade, como é o caso da cidade de Jequié (BA)? Diante disso, nesta pesquisa nos inquietamos em analisar as tensões da abordagem do conhecimento biológico em torno das questões da sexualidade na disciplina Educação para Sexualidade.

DIRECIONAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo ancora-se nas perspectivas pós-críticas. Com base nessas perspectivas, questionamos as metanarrativas universalizantes e apostamos nas leituras localizadas, históricas e singulares dos fenômenos sociais que investigamos. Também trabalhamos com regimes de verdade, discutindo as relações de poder que constituem os discursos (PARAÍSO, 2012).

Em nossas pesquisas, também insistimos pelos questionamentos e, por isso, exercitamos a problematização, contestando as nossas certezas e os nossos olhares pré-concebidos em relação aquilo que entendemos sobre os fenômenos que estudamos, estando abertos para novas percepções sobre o mundo (LOURO, 2007).

Ao mesmo tempo, entendemos nossas investigações como processos inacabados. Desta maneira, as análises que fazemos se pautam na provisoriidade, estando sujeitas a serem revisitadas permanentemente. Por conta disso, outros questionamentos são produzidos e resistimos a colocar um ponto final em nossas sínteses (MEYER; SOARES, 2005).

Como já relatado na parte inicial deste texto, a disciplina EPS se constitui como obrigatória na matriz curricular dos anos finais do ensino fundamental no município de Jequié, interior da Bahia, local onde foi realizada a pesquisa, no ano de 2020. Devido à

pandemia da COVID-19, momento marcado pelo distanciamento social como medida de segurança, o contato com os/as participantes da pesquisa aconteceu de forma virtual por meio do *WhatsApp*¹.

Participaram deste estudo um docente da disciplina EPS e uma ex-técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Jequié (SME), sendo nomeados ficticiamente de Igor e Priscila. Essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-Bahia. Os/As participantes foram esclarecidos/as e confirmaram sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O material empírico foi construído por meio de um formulário pessoal com o objetivo de identificar quem são os/as sujeitos/as da pesquisa. No que se refere aos dados pessoais da ex-técnica da SME, no período em que foi realizado a pesquisa, Priscila possuía 58 anos e se identificou como mulher cisgênera, parda, heterossexual e cristã. Foi graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no ano de 1998, e é especialista em Leitura e Literatura Infanto-Juvenil e Psicopedagogia. Atua profissionalmente na SME, desde 2006.

Já Igor, no período em que foi realizada a pesquisa, tinha 33 anos, se identificou como homem cis, heterossexual, preto e cristão não praticante. Foi graduado em Ciências Biológicas, no ano de 2010, pelo Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS), possuía especialização e mestrado em áreas que não envolviam a sexualidade. Exercia a profissão docente por 6 anos e era professor efetivo no município, com uma carga horária de 40 horas semanais. Além de ministrar a disciplina EPS por três anos, Igor também assumiu a disciplina de Ciências.

Além disso, realizamos também entrevistas narrativas com os/as participantes da pesquisa. Compreendemos que a entrevista narrativa possui um caráter mais aberto e flexível, permitindo aos/as pesquisadores/as acessar as perspectivas individuais e a complexidade das histórias de vida dos/as entrevistados/as (FLICK, 2013). As entrevistas

¹ O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas, chamadas de voz e vídeo rápidas, simples, seguras e gratuitas realizadas por meio do celular com conexão à internet. Além dessas funções, esse aplicativo permite que sejam enviadas também imagens, vídeos e documentos em PDF. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/features/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

foram realizadas online, pela plataforma do *Google Meet* e, para garantir a riqueza de detalhes, houve a gravação em áudio, sendo posteriormente transcritas.

Após a realização de uma leitura detalhada dos depoimentos, analisamos os dados conforme a Análise do Discurso com base nos estudos foucaultianos e pós-críticos. Para Foucault (1998) o discurso não apenas reflete as relações de poder na sociedade, mas também as constitui, é uma forma de controle social em que as instituições o utilizam para exercer poder sobre os/as indivíduos/as e construir verdades.

O QUE AS/OS DOCENTES DESEJAM AO (NÃO) APOSTAR NOS CONHECIMENTOS BIOLÓGICOS NA DISCIPLINA EPS?

Durante a implementação da disciplina Educação para Sexualidade (EPS), algumas/alguns docentes rejeitaram ministrar esse componente curricular, conforme apontado por Priscila, a ex-técnica da Secretaria Municipal de Educação. Nos seus dizeres:

Tinham professores de Ciências que eram evangélicos e falavam “Não, eu não ministro porque eu não vou falar esses termos que estavam no conteúdo, no plano de aula, não vou falar isso para os meninos, não vou dizer a menina que ela... os pelos, a puberdade, a necessidade, a lubrificação. Eu não quero falar sobre isso” (Priscila, ex-técnica pedagógica da SME, entrevista realizada em 23/08/2021).

O conservadorismo religioso tem influenciado com que alguns/algumas docentes silenciem as discussões voltadas para a sexualidade e não assumam a disciplina EPS. De acordo com Furlanetto et. al (2018), as crenças sexistas e religiosas das/os professoras/es e familiares têm dificultado a implementação das estratégias de educação para sexualidade. Comumente, estes/as compreendem as identidades sexuais e de gênero que fogem da perspectiva cisheteronormativa como desvios, têm receio de represálias da comunidade escolar e sentem desconforto para lidar com as discussões.

Desse modo, é comum que haja uma rejeição dessas temáticas ou, quando abordadas, são utilizadas para reiterar preconceitos, oprimir e/ou discriminar. As pesquisas de Azevedo (2013) e Cabral (2016), desenvolvidas junto ao componente EPS, também apontaram que as crenças religiosas dificultam a condução de algumas temáticas sobre sexualidade.

O relato de Priscila nos chama a atenção por destacar também que algumas/alguns docentes da área de Ciências e que ministravam a disciplina EPS, em especial as/os evangélicas/os, não se sentiram à vontade para abordar sobre os aspectos anátomo-fisiológicos do corpo na disciplina de EPS.

Contudo, por entendermos que as/os profissionais formadas/os em Ciências/Biologia já deveriam estar acostumadas/os a falarem, por exemplo, sobre a puberdade, gravidez e menstruação, questionamos: há uma rejeição para que essas questões não sejam abordadas na disciplina de Ciências ou as/os assustam por ser uma disciplina de sexualidade? O que essas/es professoras/es desejam ao apontar esses conhecimentos como inaceitáveis de serem pautados no currículo escolar?

Atualmente, o silenciamento das discussões sobre gênero e sexualidade nos documentos curriculares governamentais, como a Base Nacional Comum Curricular, tem repercutido nos conhecimentos inseridos em alguns livros didáticos de Ciências e Biologia, tendo em vista que o conteúdo sobre sistema genital tem sido retirado desse artefato pedagógico (BITENCOURT, 2021).

Para nós, a importância de trabalhar o sistema genital é mobilizar os discentes a compreenderem o discurso biológico sobre os corpos, problematizando-o, mas não desconsiderando-o. No entanto, para as/os conservadores/as, mesmo pautando-se nesta perspectiva, o corpo deve ser escondido e censurado e, portanto, não se deve falar sobre essas questões. Assim, na disciplina EPS, algumas/alguns docentes não querem realizar a abordagem sobre sistema genital, mesmo que seja numa perspectiva biológica.

A rejeição ou silenciamento dos aspectos biológicos do corpo, às vezes, não parte apenas das/os docentes, mas também de outros/as membros/as da comunidade escolar. Conforme apontado na dissertação de Azevedo (2013), ao abordar sobre o sistema genital, uma docente da disciplina EPS solicitou que as/os discentes fizessem cartazes evidenciando suas estruturas. Posteriormente, a professora colou os cartazes no pátio da escola para divulgar os trabalhos. Entretanto, outra professora se incomodou e pediu para que a colega retirasse os cartazes, porém, a docente não o fez porque considerava importante a divulgação. Então, a colega dela foi no pátio e rasgou o material. Esse caso nos indica que as discussões das estruturas anatômicas e fisiológicas geram leituras de obscenidade

e pornografia por parte de algumas pessoas e isso passa a ser contestado, mesmo sendo um conhecimento biológico.

Quando as aulas não se configuram como tradicionais, isso também pode ser visto como um incômodo. Por exemplo, caso seja levado um modelo de vulva ou de pênis para ser analisado é comum o estranhamento e rejeição de algumas pessoas. No artigo de Souza (2020) foi destacado um vídeo que circulou nas redes sociais, no ano de 2017, mostrando uma professora do curso de enfermagem, em um evento sobre saúde, colocando uma camisinha com a boca em uma prótese segurada por um aluno da graduação. Essa demonstração foi nomeada por algumas pessoas como indecente e imoral, embora nas últimas quatro décadas a política de saúde que pensa a prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) tem recomendado campanhas para demonstrar o uso da camisinha. Sendo assim, compreendemos que algumas instâncias socioculturais têm regulado e controlado o ensino da sexualidade, mesmo quando o enfoque é a discussão biológica e médica sobre prevenção às IST/AIDS por meio do uso do preservativo.

No site² de um dos movimentos conservadores mais recente, o Escola sem Partido, mencionava que “numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o professor aproveita para explicar aos alunos “como se transa”. Para esse grupo, há uma compreensão de que, ao falar sobre essas questões, os/as professores/as estariam incentivando os/as alunos/as a fazerem sexo. Em diversas páginas desse site está a denúncia de relatos das discussões sobre sexualidade na escola, contribuindo para intimidar com que docentes não realizem a abordagem dessa temática.

A biologização não é suficiente para que haja o reconhecimento da importância das discussões sobre sexualidade, como outrora já foi. De acordo com Foucault (1988), os mecanismos de interdição atuam nos espaços socioculturais para nos mostrar que nem tudo pode ser dito (especialmente se tratando de gênero e sexualidades não normativas) e nem toda a pessoa está autorizada a dizer o que deseja. Baseando-se nesse silenciamento, temos nos questionado: quem está sendo autorizado a falar sobre

² Disponível em: <http://escolasepartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>. Acesso em: 10 dez. 2018.

sexualidade? Durante muito tempo a escola foi autorizada a falar sobre sexualidade, entretanto, recentemente temos percebido que ela está sendo desautorizada, sendo legitimadas as instituições como a igreja e a família.

Em contrapartida a rejeição de algumas/alguns docentes para falar sobre aspectos biológicos na disciplina EPS, Igor, professor da disciplina EPS, ressaltou que as discussões sobre sexualidade na escola possibilitam o diálogo e a difusão de conhecimentos com base biológica. Desse modo, para ele, os conhecimentos sobre o corpo podem influenciar com que as/os discentes tenham uma vida mais saudável e compartilhem essas informações, conforme apontado no relato a seguir:

Quando você começa a trabalhar a disciplina de uma forma mais científica, então o aluno ele já vai absorvendo o conhecimento, vai tendo noção dos entendimentos das coisas que acontecem com eles e é só quando a gente começa a entender, a gente começa a se sentir realizado e quer propagar essas coisas. E quando as coisas são propagadas de forma correta e o aluno começa a chegar em casa e demonstrar aquela satisfação do que acontece com ele fisiologicamente e psicologicamente, aí ele começa a gerar uma certa facilidade de dialogar em casa. Só que o que acontece em casa? O pai e a mãe, na grande maioria das vezes, não estão prontos para receberem essa dúvida, essa indagação. Então, geralmente, os pais eles optam por não interferir. Eu não sei se pelo fato de estar vendo uma evolução saudável daquela questão ou se por falta mesmo do conhecimento e pelo tabu (Igor, docente da disciplina EPS, entrevista realizada em 15/04/2021).

Nesse trecho, Igor destacou o conhecimento biológico como fundamental para argumentar as informações sobre sexualidade. Entendemos que o discurso biológico contribui para dialogar sobre questões como sistema genital, reprodução humana, puberdade, menstruação, gravidez, IST, prazer sexual e entre outras. Contudo, sem cair na armadilha do negacionismo, nos questionamos: até que ponto as informações biológicas devem/podem ser utilizadas como uma verdade universal para referenciar a sexualidade? Esse questionamento nos instiga por entendermos que ao longo da história, muitas vezes, a Ciência foi utilizada como base para reforçar discriminações e preconceitos. Apesar do conhecimento biológico ser posto de forma universal, compreendemos que existem vários conhecimentos biológicos em disputa, inclusive no que tange às questões da sexualidade.

A partir das contribuições de Santos (2000), compreendemos que a biologia tem uma história que não é natural. As histórias contadas sobre a(s) ciência(s) são invenções

discursivas que se organizam e dão sentido como a ciência opera. Nesse direcionamento, por meio da linguagem, os cientistas partem de uma leitura do mundo, constroem narrativas que dão sentido as suas descobertas e estas passam a ser legitimadas como verdades. Reiteramos a necessidade de questionar nossas verdades, as verdades científicas, o poder que se desdobra em tais narrativas e os sujeitos que produziram e produzem esses discursos.

Para situar esse debate, durante muito tempo a homossexualidade, denominada na época como homossexualismo, foi caracterizada por pressupostos das ciências psíquicas e médicas como uma doença mental pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Além disso, atualmente, as pessoas intersex ainda são consideradas anomalias genéticas com base em um padrão sexual normativo. Dessa forma, não descartamos que o conhecimento biológico seja importante, contudo, ponderamos a necessidade de uma visão crítica, tendo em vista que esses conhecimentos fazem parte de uma construção social e, portanto, são produtoras de sentidos e intencionalidades que se fortalecem e tornam-se, muitas vezes, inquestionáveis.

Na pesquisa de Azevedo (2013), realizada com o componente EPS, as docentes formadas em Ciências Biológicas relataram que, apesar de facilitar o trabalho, os conhecimentos dessa disciplina não são suficientes para dar conta das discussões sobre sexualidade, pois não deslocam o olhar do discurso biológico. Apesar de compreendermos alguns conhecimentos biológicos como necessários, essa não pode ser a única forma de pensar a sexualidade (FURLANI, 2011).

Ressaltamos que não desconsideramos a necessidade dessas discussões e, principalmente, que essas perspectivas possam ser desenvolvidas por docentes de Ciências e Biologia. Entretanto, por compreender que o discurso biológico parte do pressuposto que a sexualidade está intrínseca/o nas sujeitas/os, não basta apenas inserir os conhecimentos de biologia no currículo. Faz-se necessário problematizar o discurso biológico essencialista, tendo como pressuposto o entendimento da sexualidade como uma construção. Frequentemente, as/os educadores costumam (re)produzir o que é discutido nos cursos de graduação. Desse modo, precisamos questionar, constantemente, quem possui autoridade para falar e avaliar as práticas cotidianas, o tipo de conhecimento que

está sendo priorizado e para quem se está falando, ou seja, questionar as narrativas para ensinar e aprender biologia (SANTOS, 2000).

Para Igor, muitas vezes, falar sobre sexualidade com base biológica pode fazer com que as/os familiares não interfiram nas discussões que são realizadas na disciplina EPS. Essa perspectiva vem reforçar como a Ciência se constituiu como uma autoridade nos discursos. Ainda segundo esse docente, talvez isso possa acontecer pelo reconhecimento da importância dessas informações ou silenciamento pela falta de conhecimento por parte dos familiares.

Entendemos a escola como um espaço de debate que requer, muitas vezes, divergir da família, o que não quer dizer que a escola irá impor uma determinada compreensão sobre a sexualidade. Pensamos a escola como um outro lugar, o da provocação, da problematização e, ao mesmo tempo, esperamos que haja o reconhecimento das diferenças para além de um currículo pautado na cisheteronormatividade.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

No início da disciplina Educação para Sexualidade (EPS), as crenças pessoais, culturais e religiosas influenciaram com que algumas/alguns docentes rejeitassem ministrar esse componente curricular. Alguns/algumas professores/as formados/as em Ciências/Biologia reiteraram que não se sentiram à vontade para falar, por exemplo, sobre os pelos, a puberdade e a necessidade de lubrificação. Compreendemos que as/os profissionais dessa área já deveriam estar acostumados a falar sobre essas questões na disciplina de Ciências/Biologia, tendo em vista que são aspectos anatômicos-fisiológicos do corpo e, comumente, abordados nessa área.

Em contrapartida a rejeição de algumas/alguns docentes para falar sobre aspectos biológicos na disciplina EPS, algumas/alguns professoras/es apostam no diálogo sobre sexualidade com base biológica para que as/os discentes tenham uma vida mais saudável e para que os familiares não interfiram nas discussões.

Não desconsideramos a importância do conhecimento biológico, mas problematizamos o discurso biológico que constrói modelos universais, deterministas e essencialistas sobre

os corpos e que tomam algumas verdades como referências, como é o caso da cisheteronormatividade.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por meio da concessão de bolsa de estudo do mestrado realizado pelo primeiro autor.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 281-315, 2003.
- AZEVEDO, S. M. M. M. **Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA**. 144f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Jequié, 2013.
- AZEVEDO, S. M. M. M.; SOUZA, M. L. O ensino da sexualidade em um componente curricular específico: regulações e escapes. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v.23, n.2, p.367-386, jul./dez./2016.
- BITENCOURT, Ivina Pereira. **Corpo, gênero e sexualidade em livros didáticos de ciências: abordagens de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de Boa Nova/BA**. 129f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Jequié, 2021.
- BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- CABRAL, S. N. **Quando a sexualidade invade a escola: um estudo sobre os movimentos da disciplina educação para a sexualidade**. 145f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Jequié, 2016.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Penso Editora, 2013.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun., 2018.

FURLANI, J. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, sociedade & Cultura**, nº 25, p. 235-245, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 23-44.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 23-45.

SANTOS, L. H. S. dos A biologia tem uma história que não é natural. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOUZA, M. L. de. “Tão ensinando putaria na escola?”: Entrelaçamentos entre sexo, saúde, camisinha e ensino de Biologia em meio ao neoconservadorismo. In: FERREIRA, Márcia Serra; CHAVES, Silvia Nogueira; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues; GASTAL, Maria Luiza de Araújo; BASTOS, Sandra Nazaré Dias. (Org.). **Vidas que ensinam o ensino da vida**. São Paulo - SP: Editora Livraria da Física, p. 231-242, 2020.